

Perfil socioeconômico e o desempenho no Enade do curso de Administração  
EaD e presencial

*Socio-economic profile and performance in the Enade for presential and distance learning  
Administration course*

*Perfil socioeconómico y desempeño en Enade del curso de Administración a distancia y  
presencial*

Marcus Vinícius de Sousa Lopes<sup>1</sup>

Jairo de Carvalho Guimarães<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo da pesquisa é analisar a relação entre as variáveis socioeconômica e o desempenho dos graduandos do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), nas modalidades presencial e Educação a Distância (EaD). As informações utilizadas envolvem 2.141 discentes do curso de Administração de ambas as modalidades, que realizaram o exame nas edições de 2009, 2012 e 2018, com participação nas provas em formação geral e componente específico. No decorrer da análise, nota-se que fatores relacionados as variáveis socioeconômicas tiveram diferenciações em seu desempenho nas duas modalidades de ensino. Nesta perspectiva, as informações levantadas na pesquisa possibilitam verificar as variáveis que divergem no desempenho no ensino superior na UFPI, por meio dos resultados apresentados pelo ENADE. Outro aspecto a destacar é a participação significativa dos estudantes na modalidade EaD, assim, como desempenho nas provas do Exame. Conclui-se que foi possível conhecer o desempenho dos perfis e suas características dos discentes que participaram do ENADE nos ciclos sob análise, cujos dados podem auxiliar na melhoria dos instrumentos de avaliação e de políticas públicas obtidos no processo formativo e avaliativo dos cursos, nas modalidades EaD e presencial.

**Palavras-chave:** *Administração. ENADE. Perfil socioeconômico. UFPI.*

**Abstract:** *The aim of this research is to analyze the relationship between socioeconomic variables and the performance of undergraduates in the Bachelor of Administration course at the Federal University of Piauí (UFPI), through the National Student Performance Exam (ENADE), in the in-person and distance education modalities. The information used involves 2,141 Administration students from both modalities, who took the exam in the 2009, 2012 and 2018 editions, with participation in the general education and specific component tests. In the course of the analysis, it was noted that factors related to socioeconomic variables differed in their performance in the two teaching modalities. From this perspective, the information gathered in the research makes it possible to verify the variables that differ in performance in higher education at UFPI, through the results presented by ENADE. Another aspect to highlight is the significant participation of students in distance learning, as well as their performance in the exams. The conclusion is that it was possible to learn about the performance profiles and characteristics of the students who took part in the ENADE in the cycles under analysis. This data can help to improve the assessment instruments and public policies obtained in the training and assessment process of the courses, in both distance and in-person education modalities*

**Keywords:** *Administration. ENADE. Socio-economic profile. UFPI.*

1 Mestre em Políticas Públicas, Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária da Agencia de Defesa Agropecuária do Piauí (ADAPI), marcus.lopes@ufpi.edu.br.

2 Doutor em Educação, Docente no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), jairoguimaraes@ufpi.edu.br.

**Resumen:** *El objetivo de esta investigación es analizar la relación entre las variables socioeconómicas y el desempeño de los estudiantes de pregrado de la carrera de Licenciatura en Administración de Empresas de la Universidad Federal de Piauí (UFPI), a través del Examen Nacional de Desempeño Estudiantil (ENADE), en las modalidades presencial y Educación a Distancia (EAD). La información utilizada involucra a 2.141 estudiantes de Administración de ambas modalidades, que rindieron el examen en las ediciones de 2009, 2012 y 2018, con participación en las pruebas de formación general y de componentes específicos. En el transcurso del análisis, se observó que los factores relacionados con variables socioeconómicas diferían en su desempeño en las dos modalidades de enseñanza. Desde esta perspectiva, las informaciones recogidas en la investigación permiten verificar las variables que difieren en el desempeño en la enseñanza superior en la UFPI, a través de los resultados presentados por la ENADE. Otro aspecto a destacar es la significativa participación de los alumnos en la enseñanza a distancia, así como su desempeño en los exámenes. Se concluye que fue posible conocer los perfiles de desempeño y las características de los alumnos que participaron del ENADE en los ciclos analizados, cuyos datos pueden ayudar a perfeccionar los instrumentos de evaluación y las políticas públicas obtenidas en el proceso de formación y evaluación de los cursos, en las modalidades a distancia y presencial.*

**Palabras clave:** *Administración. ENADE. Perfil socioeconómico. UFPI.*

## INTRODUÇÃO

O acesso à Educação Superior no Brasil tem apresentado avanços com as políticas de inclusão, diminuindo a disparidade social na qual as classes menos favorecidas economicamente seguem um linear histórico em que poucos conseguem ingressar numa instituição e concluir o curso. A própria Constituição Federal de 1988, conforme artigo 205, garante esse acesso ao ensino educacional, pois destaca que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, com apoio da sociedade, assim como a sua qualificação para o trabalho. O artigo 206 vem ampliar esse direito, ao discorrer sobre a gratuidade da educação em instituições públicas, a independência universitária e a perspectiva da educação em instituições privadas, desde que examinadas a normatização nacional do ensino e a autorização e avaliação da qualidade pelo Estado (BRASIL, 1988).

Com a democratização do acesso à Educação Superior, tem-se percebido uma participação e reconhecimento significativo dos cidadãos menos favorecidos, resultado das políticas educacionais desenvolvidas ao longo dos anos. Na medida em que esse acesso se amplia, conseqüentemente, crescem também as demandas pela qualidade do ensino ofertado na Educação Superior, tal como a necessidade de avaliação dos cursos de Graduação ofertados pelas instituições, com vistas, sobretudo, ao direcionamento estratégico das ações

adotadas e seus impactos no desempenho das instituições educacionais de ensino superior. Nas políticas para a Educação Superior, à medida que buscam contribuir para o desenvolvimento, a expansão e a interiorização do ensino, têm como parâmetros a avaliação do desempenho dos estudantes em cursos já ofertados. Nesse intuito, para se certificar que a Educação Superior, seja realizada com qualidade, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), em 14 de abril de 2004, por meio da Lei nº 10.861 (BRASIL, 2004), que ressalta a busca contínua do aperfeiçoamento da qualidade na Educação Superior, na expansão e no acompanhamento das ofertas de cursos.

Dentre as ferramentas de avaliação no âmbito do SINAES, destaca-se o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). A intenção do Exame é coletar informações estruturadas por meio de seus mecanismos, que auxiliam nas avaliações dos cursos e instituições, de maneira que esses dados são inseridos aos indicadores de qualidade. Assim a avaliação do desempenho dos estudantes é uma parte integrante para evidenciar a efetividade do ensino superior nas instituições ofertantes, com intuito de desenvolver estratégias, projetos e ações, para o aprimoramento das políticas educacionais, gestão acadêmica e organização pedagógica. O objetivo da pesquisa é analisar a relação entre as variáveis socioeconômica e o desempenho dos graduandos do curso de Bacharelado em Administração da

Universidade Federal do Piauí (UFPI), nas modalidades presencial e Educação a Distância por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE. A partir do objetivo, define-se como questão norteadora: Qual variável socioeconômica tem maior efeito no desempenho dos graduandos EaD e presencial do Curso de Administração que realizaram as provas do ENADE nos ciclos avaliativos (2009, 2012 e 2018). Convém pontuar que no ciclo do Exame da edição de 2015, para o Curso de Bacharelado em Administração na modalidade EaD, não foram encontradas informações relativas ao ciclo desta etapa nos microdados do INEP. Do mesmo modo, o período do Exame de 2022 não foi considerado na análise em razão da não publicização dos microdados até a conclusão da presente pesquisa. Para o seu desenvolvimento, o estudo se apoiou em pesquisa bibliográfica e documental. Na primeira fase, os estudos de Arruda e Arruda (2015), Bielschowsky (2018), Dias Sobrinho (2010) entre outros que permitiram conceber sustentação teórica capaz de refletir e discutir sobre a Educação Superior no Brasil e o ENADE. A segunda base se consubstancia por meio dos seguintes relatórios e documentos: a) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); b) dos indicadores socioeconômico dos cursos de Administração nas modalidades presencial e a distância da UFPI, e c) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2009, 2012 e 2018, que caracterizam os anos nos quais o curso de Administração na modalidade a distância da UFPI foi avaliado.

A pesquisa está estruturada em seis seções: a primeira seção representa a parte introdutória do estudo; na segunda seção, retratando o desenvolvimento das políticas de democratização do acesso a Educação Superior no Brasil, com a implementação da educação a distância através do Sistema Universidade Aberta (UAB) na Universidade Federal do Piauí (UFPI); na terceira seção tem-se a ferramenta de avaliação da Educação Superior no Brasil – sua aplicação na modalidade EaD – o papel do ENADE no ensino superior; em seguida, na quarta seção, os procedimentos

metodológicos empregados nos estudos; na quinta seção apresentam-se os resultados do curso de Administração da UFPI no ENADE dos anos 2009, 2012 e 2018, separados por modalidade, demonstrando a evolução de ambas e apontando as principais diferenças. Por fim, na sexta seção, são trazidas as conclusões, quanto aos questionamentos sobre a comparação dos resultados, segundo cada modalidade.

## **2 A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, que prever acesso a educação em instituições públicas. Nessa trajetória, é importante mencionar as principais políticas de democratização de acesso à Educação Superior no país. No período de 1993 a 2002, a educação passou a receber recursos, com base nas diretrizes do Banco Mundial, como estratégia para que o ensino superior viesse a ser o protagonista, para a redução da pobreza e para a implementação da ação social. No entanto, o modelo de universidade proposto até então, a autonomia fica vinculada à gestão empresarial de receitas e despesas, com a deliberação para obtenção de recursos, instituindo metas fixadas entre acordos de gerenciamento pactuados com o Estado (CISLAGHI, 2012).

No período de 1996 a 2002, ocorreu o crescimento das ofertas de vagas no ensino público brasileiro, assim como o aumento das instituições privadas, o que só foi possível por meio de políticas públicas de acesso à Educação Superior. Uma dessas políticas foi o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), que beneficia estudantes que estão matriculados regularmente em cursos superiores não gratuitos, para os quais se exige que as IES estejam com avaliação positiva nos processos do MEC (BRASIL, 2001). Para o período de 2003 a 2006, as ações do governo foram priorizadas os programas voltados para ampliação do acesso à Educação Superior, como a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI). A finalidade deste programa é o acesso dos estudantes dos cursos de Graduação em insti-

tuições de ensino superior privada, através de bolsas integrais ou parciais (de 50% ou 25%). Os perfis exigidos para os candidatos às bolsas do programa são os seguintes: para estudantes com renda de até três salários-mínimos por pessoa; para professores da rede pública de ensino básico, para os quais não é considerada a renda, entretanto, precisam estar no seu efetivo exercício e serem do quadro permanente. Além dos requisitos expostos, o candidato à bolsa deve participar do processo seletivo da edição anterior do Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM (BRASIL, 2005).

Outra política educacional que pode ser destacada é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Dentre os objetivos do Decreto estão o de estabelecer condições para a ampliação do acesso às vagas, a redução da evasão dos alunos na Graduação, a oferta de cursos noturnos e a ocupação de vagas ociosas, além de um melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos nas universidades federais de ensino (BRASIL, 2007). O programa REUNI, na Universidade Federal do Piauí, por exemplo, ocorreu através da implantação de dois campi, com a intenção de aumentar o número de vagas e a permanência nos cursos de Graduação, com maior utilização da estrutura física e dos recursos humanos. Assim, os campi Dr. Amílcar Ferreira Sobral, na cidade de Floriano, e Senador Helvídio Nunes de Barros, em Picos, ampliaram a oferta de vagas para a modalidade presencial no âmbito da UFPI. Além destes dois campi, os cursos possuem suas atividades acadêmicas na capital do Estado do Piauí, Teresina, no campus sede Ministro Petrônio Portela, e em Parnaíba, no campus Ministro Reis Veloso. Vale a menção de que o Campus Ministro Reis Veloso se tornou Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPa) a partir de 2018, com desmembramento da UFPI em 2019. A instituição ofertava em números de discentes no período de 2006 a 2009 dos cursos de Graduação na modalidade presencial, 18.635 vagas distribuídas em seus quatro campi, conforme informações do Censo da Educação Superior no respectivo período. Com isto, percebe-se

um aumento de 101,09% no número de vagas nos cursos de Graduação presencial.

Outra forma de ampliação do acesso tomadas pelo Estado foi por meio do sistema de cotas étnico-raciais, que aconteceu por meio da Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual trata do acesso às instituições federais de ensino superior. Para os ingressantes na Graduação, fica estabelecida, em seu artigo 1º, a retenção de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas por curso e turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, e que ainda cada instituição de ensino superior no âmbito federal, as vagas serão preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da lei (BRASIL, 2012). Na UFPI, o acesso à reserva de vagas passou por alguns movimentos para regulação, sobretudo por intermédio da Resolução 093/06-CEPEX, a qual regulamentou a reserva de 5% das vagas aos estudantes oriundos da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio), que a cursaram integralmente em escolas públicas (UFPI, 2006). Em 2008, com a Resolução 138/08-CEPEX (UFPI, 2008), o percentual foi aumentado para 20%, até esse período ainda não era adotado o sistema de cotas para critérios étnicos, raciais e socioeconômicos na Instituição (GOMES, 2013).

Ao longo dos períodos tem demonstrado a evolução das políticas de acesso a Educação Superior, um desses avanços aconteceu com a normatização do ensino superior a distância no Brasil. Este sucedeu-se ao longo de várias lutas e conquistas, sendo que o ápice aconteceu com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual, de forma mais ampla em seu artigo 80, descreve sobre o desenvolvimento e expansão do ensino a distância (BRASIL, 1996). Um novo dispositivo legal foi estabelecido para atualização das diretrizes da educação a distância, na qual em seu artigo 1º relata sobre a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem aconteçam por meios tecnológicos de informação e comunicação, “com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação

compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos” (BRASIL, 2017, p. 1).

Diante das atualizações normativas para modalidade do ensino a distância, se estendem, com a instituição do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o qual foi resultado de debates com os representantes da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e empresas estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela educação com designio nas Políticas e Gestão. A criação da UAB pretende-se ampliar o acesso à Educação Superior pública, por meio da criação de vagas, de cursos e polos em diferentes regiões, buscando a redução das desigualdades na oferta de ensino superior e o desenvolvimento de um amplo sistema nacional de educação a distância (BRASIL, 2006). Esses objetivos, por sua vez, respondem às finalidades constantes no Decreto nº 5.800/06, ou seja, procuram cumprir a meta de expansão da oferta no Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010 (BRASIL, 2001). Dentre as diretrizes, no que se refere ao acesso à Educação Superior, destacam-se as metas estabelecidas do plano, que são: i) “estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País”, papel esse exercido com as distribuições de vagas e polos nos lugares mais distantes no interior do Brasil; ii) ampliar, gradualmente, a oferta de formação a distância em nível superior para todas as áreas, incentivando a participação das universidades e das demais instituições de Educação Superior credenciadas” (BRASIL, 2001, p. 35).

Dessa maneira a política pública de expansão de educação a distância propiciou o crescimento e o reconhecimento do acesso dos cidadãos na Educação Superior. Contudo, a demanda do acesso a essa modalidade de ensino, também surgiu a necessidade de avaliar os serviços ofertados pela política de educação, com vistas, sobretudo, ao direcionamento estratégico das ações e, por consequência, à melhoria do desempenho dos discentes e

das Instituições Federais de ensino superior. Na UFPI a EaD aconteceu através da implantação do sistema UAB, com a participação na Chamada Pública realizada por meio do Edital nº 01/2005 SEED/MEC, de 16 de dezembro de 2005, conforme previsto na Portaria/MEC nº 873/2006, de 07 de abril de 2006. O Edital em epígrafe derivou de parceria firmada entre a UFPI a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o Governo do Estado do Piauí, o Banco do Brasil e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), com 500 (quinhentas) vagas ofertadas para o curso. O papel da UFPI nesse processo foi coordenar o curso e regular a certificação dos discentes. Para gerenciar as atribuições institucionais da política, foi criado o Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD), pela Resolução nº 196/06, de 24 de outubro de 2006, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPI (BRASIL, 2006).

Em 2007, esse quantitativo foi ampliado para 2.550 (duas mil quinhentas e cinquenta) vagas, chegando a um acréscimo de 410%, de forma que, no período de 2016, atingiu-se um pico exponencial com a oferta de 9.310 (nove mil trezentas e dez) vagas, demonstrando-se a ampliação do acesso a vagas ao ensino superior. Para o período de 2020, durante a pandemia da Covid-19, foram ofertadas 2.146 (duas mil cento e quarenta e seis) vagas, entretanto, em relação aos períodos anteriores, verificou-se um decréscimo no número de vagas disponíveis para o CEAD (UFPI, 2022). A atuação do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), desde 2006, visa oferecer acesso a milhares de estudantes piauienses e dos arredores, como é o caso de polos no estado vizinho, a Bahia. Atualmente, o CEAD está presente em 46 cidades do Piauí e 02 na Bahia. Além da parceria do governo federal, a UAB conta com a cooperação dos municípios e do governo dos estados, que são os mantenedores da estrutura física denominada de Polos de Apoio Presenciais, os quais identificam as demandas locais.

Vale ressaltar que as evidências apresentadas sobre a modalidade Educação a Distância fizeram-na crescer nos últimos anos, sobretudo

do, nesses tempos de pandemia e isolamento social, compelindo as instituições de ensino, dentre elas, as de nível superior, caso da Universidade Federal do Piauí, a funcionarem de forma virtual nos cursos presenciais, buscando, para tanto, a necessidade de adequações tecnológicas, didáticas e pedagógicas, neste processo evolutivo do ensino aprendizagem entre as modalidades de ensino.

### 3 O PAPEL DO SINAES NO CONTEXTO AVALIATIVO DO ENSINO SUPERIOR

Com a demanda de desenvolver uma ferramenta capaz de avaliar os cursos no ensino superior, foi institucionalizada o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com intuito de aperfeiçoar a qualidade do ensino superior e promover o engajamento das instituições de ensino superior para a “valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional” (BRASIL, 2004, p. 1). O SINAES é organizado e controlado pela Comissão Nacional e Avaliação da Educação Superior (CONAES), ficando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) na incumbência de elaborar mecanismo para aferir os procedimentos dos distintos modelos de avaliações, nas aplicações e na divulgação dos resultados no qual são vinculados ao Ministério da Educação, o qual tem como prerrogativas coordenar o ciclo da avaliação no contexto nacional (BRASIL, 2004).

Como base fundamental para o processo de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação Superior, é definida uma estrutura composta de três processos interrelacionados: i) a avaliação das instituições de ensino superior que se estende para análise interna, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), contemplando a autoavaliação de docentes, servidores técnico-administrativos e discentes, além dos gestores e representantes da sociedade civil organizada; ii) a avaliação dos cursos de Graduação, que abrange a comissão externa que autoriza, reconhece e renova, e iii) a

avaliação do desempenho dos estudantes com a aplicação do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE (BRASIL, 2004). É por meio destes dispositivos que são estabelecidos os métodos para compreensão e gestão da qualidade no ensino superior, que são aplicadas em distintos momentos. Na fase de avaliação interna, cabe as IES estabelecerem a forma de trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA), a qual tem função de autoavaliação, compreendendo prerrogativas regulamentadas pelo CONAES e pelo MEC, adequando e assegurando entre os instrumentos de avaliação do SINAES. Portanto, as comissões têm autonomia para a direcionar o funcionamento e as atribuições das ações desenvolvidas nesta etapa. As informações que são geradas por esta comissão são repassadas para o INEP, com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade da Educação Superior (BRASIL, 2004).

Na etapa de avaliação dos cursos de Graduação – que se relaciona ao processo externo – o papel é autorizar, reconhecer e renovar com a utilização de instrumentos para aferir a situação da infraestrutura, verificados no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), além do planejamento didático-pedagógico, corpo docente e tutorial dos cursos. Outro ponto relevante é o Conceito de Curso<sup>3</sup> elencado na avaliação, tendo em vista que estes não apenas asseguram a validação, mas contribuem para as secretarias do MEC nos pareceres para a regulamentação. Nesta perspectiva, vale lembrar que, para as instituições de ensino superior Federal ofertarem cursos de Graduação é necessária a permissão para o início do exercício e, só após o reconhecimento, é que a IES estará habilitada para a expedição dos certificados de conclusão do curso para os discentes (BRASIL, 2017). O SINAES possui distintos objetivos na avaliação

3 O Conceito de Curso – CC, graduado em cinco níveis, cujos valores iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. O cálculo utilizado para obter o CC considera pesos atribuídos às três dimensões do instrumento de avaliação. Assim, para os atos pertinentes a esse instrumento, a dimensão 1 (Organização Didático-Pedagógica) tem peso 30; a dimensão 2 (Corpo Docente e Tutorial) tem peso 40, e a dimensão 3 (Infraestrutura) tem peso 30.

das Instituições de ensino superior, onde estão relacionadas a organização, o controle e a autonomia, embora o sistema de avaliação esteja direcionado para uma renovação da sistematização das dimensões, que podem gerar indeterminações nas ações das avaliações regulatórias, no atual cenário do ensino superior brasileiro. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, a qual, no seu art. 5º, definiu-o como forma de aferir o desempenho dos estudantes, em relação às diretrizes curriculares e ao conteúdo programado do curso de graduação, onde se verifica-se no seu conhecimento adquirido durante sua vivência acadêmica, a quais serão ajustado em decorrência das exigências, as quais são consequências da “evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento” (BRASIL, 2004, p. 2).

O ENADE, em suas versões iniciais, correspondia ao método de amostragem, com a inclusão dos discentes inscritos. A partir da edição de 2009, deixou-se de utilizar os procedimentos amostrais, adotando, assim, o formato censitário, ou seja, os discentes concludentes que estavam inscritos eram automaticamente solicitados a participar das provas. No período de 2004 a 2010, as provas do ENADE aplicavam-se aos estudantes ingressantes e concluintes, entretanto, a partir do ano de 2011, passaram a ser feitas apenas aos discentes concluintes, de maneira que a mensuração dos ingressantes passou a ser considerada pela nota do ENEM, assim os alunos ingressantes são inscritos no ENADE, mas não realizam o exame.

A avaliação do ENADE possui dois instrumentos de coleta: um Questionário Socioeconômico (QSE) e uma prova de aferição de conhecimentos. Com a finalidade de coletar informações que sirvam para a composição e a análise do perfil dos estudantes, somando informações de seu contexto sociocultural, assim como a percepção dos discentes, que são desenvolvidas durante o período acadêmico no curso. O instrumento de coleta do ENADE

com o objetivo de aferir o desempenho dos estudantes compreende 40 questões, sendo que 10 questões são da formação geral e 30 da parte específica da área, ambos os grupos de questões dispõem questões discursivas e objetivas. Assim, estão divididas em dois componentes, que são: i) Componente de Formação Geral, com 10 (dez) questões, sendo 02 (duas) discursivas e 8 (oito) objetivas; ii) Componente específico com 30 (trinta) questões, sendo 3 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) objetivas. As competências avaliadas no Exame compreendem as habilidades adquiridas durante a vida acadêmica do discente. Dessa forma, os resultados permitem a análise comparativa entre cursos, segundo a modalidade – presencial e a distância – como também permitem a evolução do desempenho dos cursos no decorrer dos anos.

A metodologia de avaliação do SINAES, desde sua criação até a atualidade, tem passado por atualizações. No que tange às suas dimensões, será analisada aqui a partir da Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Superior e Ministério da Educação na data de 11 de março de 2016, no qual institui, Diretrizes e Normas para a oferta dos programas de Cursos de Educação Superior na categoria do ensino a distância (BRASIL, 2016). Na Resolução nº 1 no que se refere à organização dos conteúdos, esta compreende sobre as instruções e concepções que são fundamentais para uma análise mais acurada do desenvolvimento da EaD, que define a educação a distância como modalidade educacional, sendo que a mediação didático-pedagógica, que precede o ensino e a aprendizagem, acontece através dos meios tecnológicos da informação e comunicação (TIC), com profissionais qualificados e políticas de acesso.

As avaliações são pertinentes e, dentre outros elementos, a EaD possibilita articulação e interação satisfatória entre a presencial e virtual, local e global. Há ainda a subjetividade e participação democrática entre estudantes e profissionais no desenvolvimento da aprendizagem em rede em tempo e lugares distintos (BRASIL, 2016). Ao analisar o artigo 9º da Resolução nº 1, este confere que a modalidade

EaD deve estar de acordo a legislação atual, ser ajustada ao projeto da instituição, credenciada, agrupando as dimensões e índices de desempenho da Instituição, assim como sujeita à avaliação externa para esta finalidade (BRASIL, 2016). Nesta perspectiva, o ensino a distância deve ser compreendido como uma forma de aprendizagem integrada. Os conteúdos devem ser trabalhados de forma articulada, com utilização de meios tecnológicos envolvendo o estudante e o profissional e a avaliação deve ser vista como meio que qualifica a aprendizagem, pois é ela que dá o direcionamento sobre o retorno da meta alcançada. A mensuração da qualidade do ensino é fundamental para a evolução da educação (BRASIL, 2016).

Segundo Bielschowsky (2018), sobre os critérios do ENADE em relação aos cursos EaD, o autor chama a atenção para o fato de que, nas mesmas Instituições de Ensino Superior (IES), de maneira geral, os resultados do Exame nos seus cursos presenciais são superiores aos obtidos em seus cursos na modalidade EaD, o que apontam que essas IES não exercem suas funções com o mesmo compromisso, atenção e envolvimento em ambas as modalidades de ensino. Não entendo as entidades organizadas e a comunidade científica vêm dialogando nas esferas públicas e privadas sobre o desenvolvimento da educação a distância brasileira, as quais têm buscado junto ao Estado, políticas educacionais que desenvolvam diretrizes para uma avaliação focada nesta modalidade. Outro aspecto importante a ser destacado sobre os resultados produzidos pelas avaliações, é que estes podem gerar desvios de suas funções, isto quando as IES focam em posições e divulgação em mídias. O distanciamento da finalidade de avaliação, que são o aperfeiçoamento e a qualidade do ensino superior, acabam sendo direcionados para outras valias, como, para o ranqueamento das IES, a divulgação na imprensa, assim como para o capital financeiro. Com a diversidade na Educação Superior, nas esferas administrativas e pedagógicas, tanto nas IES públicas quanto nas instituições particulares, a avaliação do SINAES possui o desafio de entender de maneira mais ampla esta realidade, na busca de alcançar a

efetividade da sua funcionalidade nas políticas sociais, para desenvolver o conhecimento, em diversos ambientes socioculturais (DIAS SOBRINHO, 2010).

#### 4 METODOLOGIA

O estudo se apoiou, como fonte teórica, em bibliografia, visando a promover um maior aprofundamento do objeto de estudo. Recorreu-se, do mesmo modo, às fontes documentais como instrumentos de coleta dos dados que serão a base da abordagem quantitativa. Os dados coletados para responder os objetivos e as questões do estudo, foram extraídos no banco de dados do Instituto de Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), através dos microdados do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Em relação aos dados, estes correspondem às avaliações do desempenho dos alunos nas provas de Formação Geral e Componente Específico. A amostra foi composta pelos discentes dos cursos de Bacharelado em Administração, que constitui a área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas, participantes do ENADE nas edições de 2009, 2012 e 2018 nas modalidades EaD e presencial. A participação de discentes nestas edições foram de 1.309 no ensino a distância e 838 no presencial e 2.147 no total. Dentre os alunos analisados, somam-se os ingressantes e os concluintes para efeito desta análise.

Para os períodos de 2006 e 2015 não constam os dados do ensino a distância nos microdados do INEP, isto porque o primeiro caso se refere ao ano que foi iniciado o curso EaD na UFPI através do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), enquanto no segundo, os microdados ainda estavam em processo de seleção para ingresso das vagas no curso EaD. Na edição de 2020, devido à pandemia causada pela COVID-19, os cursos presenciais e a distância não foram avaliados pelo MEC/ INEP. Para a edição de 2021, foram acrescentadas 11 questões a serem respondidas conforme a percepção dos discentes, as quais estão relacionadas ao período da Pandemia de COVID-19, enquanto as demais questões do QE ficaram da mesma forma que em 2019.

As bases utilizadas para os procedimentos de análise de dados foram: 1) o estudo bibliográfico, cujas discussões pautaram o eixo teórico da presente pesquisa, que discorrem sobre a Educação Superior e suas variáveis; 2) o levantamento documental, cujos relatórios e documentos referenciados foram: as informações levantadas nos microdados do ENADE por meio dos indicadores dos perfis socioeconômicos e do desempenho nas provas de Formação Geral e Componente Específico dos discentes dos cursos de Bacharelado em Administração nas modalidades presencial e a distância da UFPI. Os levantamentos dos dados foram submetidos à análise por meio de tabelas e planilhas eletrônicas, a partir do cruzamento das variáveis socioeconômicas dos estudantes que responderam às provas do ENADE, assim como a contraposição entre a qualidade do ensino a distância e presencial. As médias das notas que foram analisadas, abrangem os discentes que responderam as provas de Formação Geral e as de Compo-

nente Específico, cujo indicador inclui a soma das provas objetivas e discursivas com respostas válidas no Exame.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As avaliações realizadas nestes estudos correspondem a participação dos Cursos de Bacharelado em Administração da Universidade Federal do Piauí, nas modalidades presencial e a distância, no ENADE nas edições de 2009, 2012 e 2018. Para os dados referenciados nesta pesquisa estão apresentados na Tabela 1. Entre os participantes do estudo, estão os alunos que responderam as provas de componentes Específicos e de Formação Geral, de maneira que foram analisadas as respostas válidas de 2.147 discentes. Haja a vista que para análise da pesquisa foram excluídos os alunos ausentes das provas de formação geral e específica, assim como os que deixaram as questões em branco nas avaliações, para estas não foram computadas.

Tabela 1- Participação nas provas de Formação Geral e Específico

Ciclo ENADE	Inscritos			Presença na Prova de Formação Geral e Específica			% Não participantes	
	Presencial	EaD	Total	Presencial	EaD	Total	Presencial	EaD
<b>2009</b>	501	601	1.102	418	463	881	16,57	22,96
<b>2012</b>	209	428	637	163	379	542	22,01	11,24
<b>2018</b>	328	545	873	257	467	724	21,65	14,31
<b>Total</b>	<b>1.038</b>	<b>1.574</b>	<b>2.612</b>	<b>838</b>	<b>1.309</b>	<b>2.147</b>	<b>19,27</b>	<b>16,78</b>

Fonte: INEP (2009, 2012 e 2018), sistematizado pelos autores (2023).

Nos períodos compreendidos para este estudo, se inscreveram nos ciclos do ENADE, 2.612 entre ingressantes e concluintes do curso de Bacharelado em Administração, destes 1.038 na modalidade presencial e 1.574 da modalidade a distância, deste 2.147 estiveram presentes nas provas. No ano de 2009 ainda se aplicava as provas para os ingressantes, e que a partir de 2011 as provas foram empregadas aos concluintes, assim os discentes ingressantes são inscritos no Exame, porém não realizam a avaliação. Logo, o número de discentes que se inscreveram e não participaram da prova foi maior na modalidade presencial com 19,27%. Na edição do ENADE de 2012, o curso

de Administração na modalidade EaD obteve a maior participação dos alunos respondente nas provas com 88,76%, assim demonstra uma superação do quantitativo de estudantes compromissados com a participação no Exame quando relacionados com os discentes da modalidade presencial. Na Tabela 2, são analisadas as variáveis de gênero e faixa etária dos perfis socioeconômicos dos alunos nas duas modalidades. No dicionário dos microdados do ENADE, a nomenclatura para os perfis do questionário socioeconômico, entre ambas as modalidades é masculino e feminino e não declarados (ND), não existindo outra opção nas edições do exame pesquisado.

Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos participantes

Variáveis	Categorias	EaD		Presencial		Total	
		n	%	n	%	n.	%
<b>Gênero</b>	Feminino	793	50,38	433	41,71	1.226	46,94
	Masculino	781	49,62	605	58,29	1.386	53,06
<b>Idade</b>	18 a 24 anos	403	25,62	650	62,62	1.053	40,33
	25 a 30 anos	482	30,64	268	25,82	750	24,95
	31 a 35 anos	281	17,86	70	6,74	351	23,3
	mais 35 anos	408	25,87	50	4,82	458	30,28
<b>Cor/Etnia</b>	Amarela	25	1,59	14	1,35	39	1,49
	Branca	385	24,46	260	25,05	645	24,69
	Parda	708	44,98	379	36,51	1087	41,62
	Preta	127	8,07	99	9,54	226	8,65
	Indígena	1	0,06	9	0,87	10	0,38
	ND	328	20,84	277	26,69	605	23,16

Fonte: INEP (2009, 2012 e 2018), sistematizado pelos autores (2023).

De acordo com a Tabela 2, no que se refere ao gênero dos inscritos, percebe-se uma predominância do sexo masculino, com 1.386 (correspondendo a 53,06%), uma vez que o sexo feminino apresenta 1.040 (representando 46,94%), contudo, observa-se que a presença feminina no Exame na modalidade EaD foi maior com 50,38%, com isso reflete sobre a procura feminina nos cursos de Educação Superior na modalidade EaD. Vale ressaltar que, nas variáveis do microdados do ENADE verificados, não consta opção de outro gênero. Logo, os estudos evidenciam que a desigualdade de gênero está em diferentes setores da sociedade como: política, mercado de trabalho, remuneração, relações sociais e na educação. Entretanto, os dados coletados através do ENADE, demonstram que o gênero feminino vem ampliando o acesso à educação no decorrer dos anos (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

No que concerne à faixa etária predominante dos discentes dos cursos EaD, tem-se em média de 31 anos, já no presencial a idade diminui para 24 anos no período analisado de 2009, 2012 e 2018. Logo, o estudo realizado na UFPI demonstra que, os discentes na faixa etária de 18 as 24 anos, 40,33% encontram-se matriculados, de acordo o que demanda as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024, que preconiza o aumento da

taxa líquida de matrícula de 33% e de taxa bruta de 50% dos jovens, nesta faixa etária na Educação Superior, e que seja garantido a qualidade da oferta e expansão de pelo menos, 40% de novas matrículas em instituições públicas (BRASIL, 2014). No entanto, os indicadores do censo da Educação Superior, apresentado no período de 2021 mostram que apenas 19,7% da população de 18 a 24 anos estão matriculados. Porém, quando comparado ao contexto nacional percebe-se que, ainda está distante do recomendado pelo PNE (2014). Portanto, para que essas para que as metas do Plano sejam alcançadas e configurem avanços no âmbito nacional, são necessárias estratégias por meio de políticas públicas para Educação Superior no menor espaço de tempo.

Nas tabelas 3, 4 e 5 compreendem as características socioeconômicas nos perfis dos discentes com relação a cor/etnia, renda familiar e tipo de escola. Os dados analisados na pesquisa são representados pelas notas das provas do ENADE, que correspondem à nota bruta da prova, composta da média ponderada da formação geral e do componente específico. Logo, inicia-se o estudo pela Tabela 3, onde são analisadas as notas das médias ponderadas por cor/etnia, das provas de Formação Geral e Componente Específico entre as modalidades a distância e presencial.

Tabela 3 – Desempenho por cor/etnia

Edição ENADE	Cor/etnia	EaD		Presencial	
		Formação Geral	Componente Específico	Formação Geral	Componente Específico
2009	Amarela	37,63	33,86	35,58	30,48
	Branca	43,66	36,37	43,52	34,57
	Indígena	8,5	36,7	29,06	19,42
	Pardo	43,81	35,06	45,34	35,15
	Preta	41,74	32,81	45,8	36,85
	ND	46,28	33,67	45,28	35,83
	Média	36,94	34,75	40,8	32,1
2012	Amarela	36,88	28,74	24,43	40,23
	Branca	24,36	29,25	29,27	30,82
	Pardo	24,77	29,23	25,87	33,46
	Preta	26,54	25,62	21,69	27,73
	ND	19,31	25,75	32,2	28,46
	Média	26,37	27,72	26,69	32,14
2018	Amarela	45,48	34,91	48,88	39
	Branca	45,75	34,43	51,38	42,42
	Indígena	-	-	47,77	19,8
	Pardo	45,33	34,46	52,98	37,03
	Preta	40,85	33,3	48,7	37,41
	ND	43,86	35,22	53,83	42,63
	Média	44,254	34,464	50,59	36,38
<b>Média total</b>		35,86	32,31	39,36	33,54

Fonte: INEP (2009, 2012 e 2018), sistematizado pelos autores (2023).

Ao analisar o desempenho da nota dos alunos declarados preta e pardo, percebe-se que as maiores notas no componente geral e específica, tanto no presencial quanto a distância, concentram-se em 2009. No ano de 2018, tem-se destacado nas duas modalidades os estudantes declarados de cor branca e amarela, apesar das notas não estarem tão distantes entre as modalidades. Em 2012, o desempenho da média das notas foi inferior, e que em 2018 teve um desempenho superior as outras edições deste estudo entre ambas as modalidades analisadas. No ensino a distância, ao analisar o desempenho dos exames, na edição de 2012, a médias das notas são inferiores em relação a do presencial, tanto nas provas de Formação Geral quanto no Componente específico. Ainda de acordo com a Tabela 3, no ano de 2009, os discentes não declarados (ND) em sua cor e etnia, apresentam um desempenho superior, destacando-se na modalidade EaD na

prova de Formação Geral.

Vale frisar que em 2009 tiveram presentes no Exame 881 estudantes, sendo que para esta análise foram selecionados discentes das duas modalidades de ensino. Destaca-se nesta edição a participação de 41,32% dos declarados de cor parda e preta, os não declarados (ND) correspondem a 16,35%, brancos e amarelos 33,94%, e de etnia Indígena 0,69%. Em 2012, participaram no total de 542, deste 41,89% são os declarados de cor preta/parda, 25,65% amarela/branca e 2,4 % ND. Não foi constatado a participação de etnia indígena para esta edição do Exame. Observa-se que na modalidade EaD a participação foi superior, para discentes expressados na cor parda e preta. No ano de 2018, os dados apontaram a participação de 724 alunos, deste 82,9% estão entre os declarados branco e amarelo e 17,1% ficaram os Não Declarados, os pardos, os pretos e os indígenas. Em relação ao desempenho, as variações entre as notas das

provas tanto no Componente Geral como no Específico são maiores na modalidade presencial. Observa-se, no decorrer da análise, que em 2018 a participação dos estudantes declarados parda/preta é menor, ou seja, apesar do avanço da legislação de cotas (BRASIL, 2012), ainda se percebe a desigualdade no acesso à Educação Superior para este grupo.

Em continuidade com estudo, apresenta-se os dados relacionados a renda bruta familiar, feita pela composição do salário-mínimo mensal dos discentes levando em consideração seus rendimentos e a renda total da família, associando com as médias nas notas das provas do ENADE, conforme com o Tabela 4.

Tabela 4 – Desempenho por Renda Bruta Familiar

Edição ENADE	Renda Mensal	EaD		Presencial	
		Formação Geral	Componente Específico	Formação Geral	Componente Específico
2009	Até 1 salário	46,16	34,54	43,12	34,14
	De 1 a 3 salários	41,03	31,6	38,41	28,89
	De 3 a 4,5 salários	43,48	34,21	44,47	34,36
	De 4,5 a 6,0 salários	45,25	36,7	48,28	36,92
	De 6 a 10 salários	40,16	37,45	45,96	37,74
	De 10 a 30 salários	44,31	38,79	49,61	41,04
	Média	43,4	35,55	44,98	35,52
2012	Até 1 salário	18,14	27,92	25,54	32,74
	De 1 a 3 salários	24,02	27,82	25,28	22,75
	De 3 a 4,5 salários	23,78	27,08	28,18	31,56
	De 4,5 a 6,0 salários	24,8	29,82	27,84	29,18
	De 6 a 10 salários	26,85	29,67	29,54	40,3
	De 10 a 30 salários	28,35	31,24	24,74	40,96
	Média	24,32	28,93	26,85	32,92
2018	Até 1 salário	42,7	32,79	47,99	36,25
	De 1 a 3 salários	44,69	33,81	47,04	38,06
	De 3 a 4,5 salários	46,97	37,3	53,41	43,22
	De 4,5 a 6,0 salários	51,08	39,2	48,14	45,79
	De 6 a 10 salários	49,46	37,97	58,04	49,75
	De 10 a 30 salários	39,77	34,03	57,89	40,26
	Média	45,78	35,85	52,09	42,22
<b>Média total</b>	<b>37,83</b>	<b>33,44</b>	<b>41,31</b>	<b>36,89</b>	

Fonte: INEP (2009, 2012 e 2018), sistematizado pelos autores (2023).

Ao relacionar a renda bruta familiar com o desempenho dos discentes no exame, percebe-se uma diferença entre a renda familiar bruta mensal. No ano de 2009, destaca-se que os melhores desempenhos das notas dos discentes na prova de conhecimentos objetivos e discursivos estão relacionados a renda familiar de 10 a 30 salários-mínimos, na modalidade presencial. No ano de 2012, a faixa salarial caiu em relação ao ano anterior, permanecendo na faixa de 6 a 10 salários-mínimos. Já para o ano de 2018, o maior desempenho continua

na faixa de salarial do ano anterior. A renda familiar da modalidade presencial, em sua maioria, nos anos analisados é maior do que a da modalidade EaD. Ao comparar a renda de 1 a 3 salários-mínimos, a notas do EaD tem um nivelamento com o presencial, relacionados com o desempenho dos estudantes.

O desempenho, assim como o acesso do discente à Educação Superior, está ligada com a renda familiar dos discentes, “pois enquanto as famílias com maiores rendimentos conseguem manter os filhos no sistema de ensino,

da educação básica ao ensino superior, as de baixa renda reduzem o tempo de permanência na escola” (GOMES, 2013, p. 27). E, por último, na Tabela 5 destaca-se o desempenho das médias das notas nas provas de Formação Geral

e Componente Específico, dos alunos que cursaram o Ensino Médio, em escolas públicas, privadas nos anos de 2009, 2012 e 2018, do Curso de Bacharelado em Administração da UFPI, na modalidade presencial e EaD.

Tabela 5 – Desempenho por tipo de escola no Ensino médio

Edição ENADE	Tipo de escola	EaD		Presencial	
		Formação Geral	Componente Específico	Formação Geral	Componente Específico
2009	Em escola privada	46,47	35,74	50,52	38,36
	Em escola pública	42,96	34,61	41,57	33,27
	Parte em escola privada	50,2	38,68	32,93	31,54
	Parte em escola pública	37,33	36,88	41,05	34,85
	Parte privada / pública	41,54	33,86	67,1	30,5
	Média	43,7	35,95	46,63	33,7
2012	Em escola privada	24,4	25,81	26,07	35,37
	Em escola pública	24,59	29,4	27,83	29,33
	Parte em escola privada	29,96	31,12	15,32	31,98
	Parte em escola pública	25,55	29,36	34,36	29,98
	Parte privada / pública	20,58	30,32	6,2	32,9
	Média	25,02	29,2	21,96	31,91
2018	Em escola privada	49,32	38,25	51,72	43,58
	Em escola pública	44,24	34,07	48,51	37,75
	Parte em escola privada	50,86	37	50,37	34,17
	Parte em escola pública	33,53	28,57	59,03	42,87
	Média	44,49	34,47	52,41	39,59
	<b>Média total</b>	<b>37,73</b>	<b>33,21</b>	<b>40,33</b>	<b>35,07</b>

Fonte: INEP (2009, 2012 e 2018), sistematizado pelos autores (2023).

No estudo apresenta-se as melhores notas do ENADE foram dos discentes que concluíram o Ensino Médio em escolas privadas, nas modalidades presenciais e a distância respectivamente no ano de 2009, merece destaque as notas em ambas as provas do Exame, dos alunos da modalidade EaD que frequentaram metade do Ensino Médio em escolas privadas. Portanto, diante dos dados é possível perceber uma variação quanto ao tipo de escola frequentada na educação básica. Os discentes provenientes de um contexto social e econômico impactantes, que advindos de família de baixa renda, estes tiveram acesso tardio à Educação Superior em cursos de Graduação em IES públicas, pois ingressam em sua maior parte em cursos na modalidade do ensino a distância. Nesta modalidade, em particular, percebe-se que es-

tes alunos têm mais chances de permanecer e concluir sua Graduação (CARNEIRO et al., 2021).

## 6 CONCLUSÃO

Na análise dos dados referentes ao perfil dos estudantes verificou-se que, a existência de fatores socioeconômicos e culturais, como: cor/etnia; formação escolar e renda, que impactaram no desempenho dos grupos de discentes entre as modalidades do curso de Bacharelado em Administração da UFPI, o que demonstra a sua conexão entre o perfil socioeconômico e o desempenho no ENADE. De forma que as notas entre os participantes avaliados pelo ENADE na modalidade presencial e a distância apontam que, a variável renda familiar tem

demonstrado um maior desempenho quando comparados com as outras variáveis analisadas nas provas de Formação Geral e Componente Específico, e que a variável cor/etnia possui um menor médias entre as notas. Assim, o perfil do aluno da Graduação EaD e presencial, é jovem na sua maioria na faixa etária de 18 a 24, com prevalência do sexo masculino, de cor parda e oriundo de escola pública na educação básica e renda familiar mensal em sua maioria são de até 3,0 salários-mínimos.

As conquistas alcançadas nas políticas públicas voltadas para a Educação Superior, mostraram-se promissoras, posto que paulatinamente evoluiu ao longo do tempo, possibilitando o acesso à educação, mediante a ampliação do número de cursos e ampliação no número de vagas. Entretanto, esses avanços não indicam por si só, o sucesso, é, antes, resultado de uma prática de observação contínua em termos quantitativos da política pública de interiorização e expansão do ensino superior e da necessidade de avaliar os resultados em termos qualitativos, o que se mostra imprescindível. As informações que foram levantadas, são significativas para o acompanhamento dos estudos relacionados às políticas de Educação Superior, pois possibilitam o aprofundamento de estudos relacionados a qualidade do ensino e avaliação do desempenhos dos cursos ofertado nas IES no Brasil. Na medida que conhece a realidade dos perfis e as características de seus usuários, pois estas informações auxiliam no processo de aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e nos resultados obtidos no processo formativo e avaliativo. Assim, os resultados encontrados contribuem para o planejamento de estratégias que aperfeiçoem as ações relativas ao objeto de estudo, bem como para os demais cursos. Portanto, os estudos apontam para observação e continuação das pesquisas nas temáticas relacionadas a avaliações, suas dimensões para qualidade da Educação Superior fazendo um paralelo entre as modalidades de ensino presencial e a distância. Sugere-se ainda a continuidade de estudos relacionados as ferramentas de avaliação, que visem ampliar a reflexão da qualidade educacional.

## REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz.; CAVENAGHI, Suzana Marta. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Revista Mediações**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 83-105, jul./dez., 2012. DOI: 10.5433/2176-6665.2013v17n2p83. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16472>. Acesso em 11 mar. 2023.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. P. Educação à Distância no Brasil: Políticas Públicas e Democratização do acesso ao Ensino Superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 321-338, 2015. DOI:<https://doi.org/10.1590/0102-4698117010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educ/a/L8pKJVB44tLnp5rTzNB3SvC/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BIELSCHOWSKY, Carlos Eduardo. Qualidade na Educação Superior a Distância no Brasil: Onde Estamos, para Onde Vamos? **EaD em Foco**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 28 mar. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18264/eadf.v8i1.709>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educ/a/L8pKJVB44tLnp5rTzNB3SvC/?lang=pt>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10260.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm). Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004:** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm). Acesso em: 06 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.096, 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm). Acesso em: 11 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.** Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil- UAB. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm). Acesso em: 29 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 28 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Brasília, DF: **Presidência da República, 2012.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm). Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016.** Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o artigo 80 da Lei 9.394, que estabelece as Diretrizes e base da educação nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm). Acesso em: 05 mar. 2023.

CARNEIRO, Teresa. Cristina Janes; FERREIRA, Marcello; MOURA, Ralf Luis de; DIAS, Taciane de Lemos. Modelo 3m de motivação e personalidade aplicado à persistência discente em cursos a distância. **Gestão & Sociedade**, Belo Horizonte, v.15, n.43, p. 4582-4619 | set./dez., 2021. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/3565/1536>. Acesso em: 24 fev. 2023.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da Educação Superior Brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>. Acesso em 02 de abr. 2023.

GOMES, Marcelo Batista. **As cotas na Universidade Federal do Piauí**: instituição e resultados. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1SsXgyxoBTfQs8nc3KWG1DA7qH-O0stFE/view>. Acesso em: 24 fev. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados ENADE 2009, 2012 e 2018**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade>. Acesso em: 29 set. 2022.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Resolução nº. 196/2006**, do CEPEX Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Teresina, 2006.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Resolução nº. 093/2006**, do CEPEX Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Teresina, 2006.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. Resolução nº. 138/2008, do CEPEX Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Teresina, 2008.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. **Relatório Anual de Atividades, 2021**. Centro de Educação Aberta e a Distância, Teresina, 2021. Disponível em: [http://www.cead.ufpi.br/images/RAA\\_CEAD\\_UFPI\\_-2021\\_minuta\\_revisada\\_25.02.2022\\_final\\_ok.pdf](http://www.cead.ufpi.br/images/RAA_CEAD_UFPI_-2021_minuta_revisada_25.02.2022_final_ok.pdf). Acesso em: 22 nov. 2022.

Recebido em 21 de junho de 2023  
Aceito em 21 de novembro de 2023